

Movimentos sociais, educação e questão agrária

SANTOS, Jucélia Bispo dos¹

Resumo

Esse artigo analisa a aproximação dos movimentos sociais com a educação, através das novas perspectivas teóricas que consideram as relações sociais no processo de globalização. Compreende-se que o fenômeno da globalização a sociedade enfrenta novos desafios nos planos econômicos, político, social, cultural, ecológico e educativo. Desse modo, os autores sociais enfrentam os conflitos dessa nova época através do fortalecimento das identidades pessoais e culturais. A partir desse contexto, surgiu um projeto de Educação do Campo que atende às necessidades de formação dos seus membros numa relação que aproxima à educação de uma ideologia, que propõem uma sociedade sem classes, uma educação que não esteja a serviço da classe dominante. Por fim, esse trabalho propõe discutir trajetória da construção da ideologia pedagógica da atual proposta de Educação do Campo adotada no Brasil, a fim de destacar com esse modelo de educação propõem a formação de conhecimentos, valores e habilidades universais.

Palavras-chaves: educação, movimentos sociais, trabalho, terra.

1 Mestre em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia, doutoranda em Sociologia para Universidade Federal de Sergipe, professora visitante de História da África da Universidade do Estado da Bahia, Campus V.

Abstract

This article discusses the convergence of social movements with education, through new theoretical perspectives that they consider social relations in the globalization process. It is understandable that the phenomenon of globalisation society faces new challenges in economic, political, social, cultural, ecological and educational. Thus, the authors social face conflicts of this new season through the strengthening of personal and cultural identities. From this context, there was a field education project that meets the needs of training of its members in a relationship that approaches to education of an ideology, which propose a society without classes, an education that is not in the service of the ruling class. Finally, this work proposes discuss trajectory of construction of the ideology of current pedagogical education Field proposal adopted in Brazil, in order to highlight with this model of education proposed the formation of knowledge, values and universal skills.

Keywords: education, social movements, work, Earth.

1. Introdução

A luta das classes populares pela terra no Brasil é secular. Desde os períodos da Colônia e do Império, a aquisição da terra para produzir já fazia parte das lutas dos sujeitos do campo. Durante o século XIX ocorreram vários movimentos que tinha a luta pela terra como o principal alvo das mobilizações. Esses movimentos eram comandados por líderes carismáticos, que mobilizavam o discurso religioso popular para falar da igualdade social².

No século XX, mas especificamente em torno dos anos de 1950, a luta dos camponeses recebe apoio das organizações partidárias de esquerda, sobretudo do Partido Comunista do Brasil. Vale ressaltar que nesse momento, a luta pela terra também estava associado às temáticas que tinham como alvo a conquista de direitos trabalhistas dos trabalhadores urbanos, como: jornada de trabalho, férias, salário mínimo, etc.

Durante as primeiras décadas do século XX, os movimentos sociais rurais

2 SOUZA, Maria Antonia de. **Educação do campo: propostas e práticas do MST**. Petrópolis, Vozes, RJ, p. 31, 2006.

eram estruturados através de ligas, uniões, encontros, congressos, sindicatos e confederações, dentre outros. Um dos movimentos mais famosos desse período ficou conhecido com o das Ligas Camponesas do nordeste (Medeiros, 1989).

Depois do golpe militar de 1964, os setores que se organizam em torno da questão agrária foram desorganizados. Nesse período, o campo foi palco de conflitos de caráter específico, como a guerrilha armada. Os governos militares desenvolveram projetos econômicos com o apoio significativo do capital externo, como a construção de obras, como a Transamazônica, que tinha por objetivo final promover o desenvolvimento do país, através do avanço do capitalismo no espaço rural brasileiro. Nesse momento ocorreu o ressurgimento dos movimentos sociais rurais, sobretudo por meio da organização da luta em prol da defesa dos trabalhadores rurais.

Com o apoio dos movimentos sociais católicos, foi criada em 1970 a Comissão Pastoral da Terra (Gohn, 2003, p. 142). A criação da CPT estava vinculada com as reformas da Igreja Católica, as quais foram fomentadas através do Concílio do Vaticano II, sobretudo por meio da encíclica papal *Populorum Progressio* 1967. Em 1964 em Medellín, na Colômbia, a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano estabelece o reconhecimento oficial por parte do episcopado da nascente Teologia da Libertação. Medellín foi um marco simbólico de todo um universo teológico e pastoral envolvido com a problemática da libertação. Nesse momento a Igreja refletia a respeito da possibilidade de desenvolver uma ação direta junto aos pobres, sem antigas ideologias da caridade assistencialista, a qual sempre fez parte da história da ação cristã. Assim, a Igreja passou a desenvolver uma pedagogia para promover a libertação dos oprimidos.

A pedagogia da Teologia da Libertação teve sucesso nos meios mais populares, uma vez que essa era desenvolvida através da adequação das dimensões simbólicas da religiosidade popular. Assim, essa pedagogia respeitava o modo de raciocinar do homem camponês, sua forma de se expressar, a sua fala, sua cultura, etc. Enfim, ocorria a valorização dos saberes locais, sendo que tais saberes eram extremamente relevantes para se pensar na problematização da opressão do sujeito do campo. Por fim, se objetivava a articulação de uma luta, qual visionava a construção de uma sociedade ideal. O grande objetivo da pedagogia da libertação que a Igreja adotava nesse momento tinha como objetivo final a plantação de esperanças com os propósitos de promover a mobilização das pastorais rurais (Gohn, 2003, p.140).

O MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) surge no cenário brasileiro associado os movimentos católicos de luta pela terra em torno de 1970, em Santa

Catarina, e foi se articulando estrategicamente durante a década de 80 e 90. No final da década de 90, o MST já era considerado o movimento popular brasileiro de maior expressão nacional. Vale ressaltar que, em seus primórdios, o MST desenvolvia discursos que oscilavam em torno das representações de uma possível realidade, ou seja, os homens do campo viam no discurso profético um modo de expressar e organizar as suas lutas (Gohn, 2003, p.143).

Apesar de surgir em torno dos movimentos sociais rurais católicos, o MST se distingue dos demais. O MST é um movimento com características heterogêneas no campo ideológico e cultural, especialmente. No campo ideológico destaca-se através da luta pela transformação social e não por um modo de produção diferenciado. Existe no discurso do movimento a presença do ideário individual que está expresso no desejo da conquista de um pedaço de terra que possibilite a retomada ou a inserção no trabalho por meio da agricultura (Souza, 2006, p.31).

De acordo com Gohn (2003, p.145), pode-se dividir o Movimento dos Sem-Terra em três fases: de 1979 a 1985—luta pela terra estendida como luta pela reforma agrária; de 1985 a 1988—o movimento adquire caráter nacional, por meio da organização e ocupação em diversos estados brasileiros; e de 1988-1996—quando o lema básico da luta passa ser: ocupar, resistir, produzir.

A atuação do MST nos anos 90 se aproximava de outras lutas sociais que eram articuladas mundialmente, tais movimentos estavam associados às reações promovidas contra o processo de globalização da economia. Nesse cenário, outros movimentos sociais ganharam proeminência internacional, como os que tratam de problemas globais, como: direitos humanos e ecologia. A nova ordem econômica obrigava os movimentos sociais reverem suas pautas, assim vários movimentos sociais se institucionalizaram em forma de ONGs. Tal processo de institucionalização se deu porque as antigas organizações (e também as novas) objetivam participar de programas contidos em políticas sociais governamentais.

2. A organização da educação no mst

Durante toda década de 90, a principal estratégia de ação do MST se baseava no processo de ocupação de terras improdutivas, públicas ou particulares. As ocupações eram sempre planejadas com antecedência e contam com um forte aparato organizacional, como: hinos, gritos de alarme, estratégias contra a repressão, estudos sobre o solo, distribuição do solo, organização de escola, etc. Essa ação criava um fato político, sobretudo, através da divulgação da mídia, e tinha

como objetivo pressionar a negociarem com o movimento a promoção definitiva do assentamento. Cabe destacar que, alguns grupos tiveram sucesso com essa estratégia, porém outros permaneceram vários anos no acampamento sem obter o sucesso daquele que era seu objetivo final: o assentamento. Muitas famílias ainda enfrentaram e repressão violenta de grupos que eram contratos para expulsarem os acampados.

Embora a luta pela terra já fosse secular no Brasil, o MST ganhou expressão porque conseguiu criar a organização do assentamento, a qual é vista como resposta as ações que foram desenvolvidas pelo Estado à perspectiva de fomentação do desenvolvimento no espaço rural brasileiro. Com o avanço do capitalismo no espaço agrário do Brasil, especialmente com a o avanço das indústrias de laticínios e frigoríficos no Sul do país, vários sujeitos do campo foram desempregados devido à transformação de muitas fazendas (Gohn, 2003, p.144). Deve-se considerar que antes essas fazendas eram dedicadas às produções de cultivos básicos, com o processo de mecanização do campo diversas pessoas ficaram ociosas.

De acordo com Maria Antônia de Souza (2006, p. 23), o acampamento e o assentamento são desenvolvimentos diferenciados na articulação do território do MST. O primeiro se consolida como a fase de radicalização da luta pela terra, que gera confrontos e enfrentamentos com o Estado e com as classes latifundiárias. O segundo se consolida através dos processos de organização do território conquistado, o qual necessita de estratégias específicas de sobrevivência. Na busca pela compreensão da vida no acampamento e no assentamento são necessários outros instrumentos teórico-metodológicos.

A educação do MST foi consolidada em torno de 1984 através de suas primeiras discussões sobre o que fazer com as crianças acampadas³. No contexto do processo de assentamento do MST, a Educação do Campo é entendida como resultado de um movimento nacional, cujos sujeitos coletivos são os movimentos sociais. Na organização dos assentamentos e dos acampamentos, o MST se aproximou das temáticas voltadas para a educação nas diferentes dimensões: educação de jovens e adultos, educação política, educação religiosa, educação sindical, etc. Em 1989 foi criado o Departamento de Educação Rural no Rio Grande do Sul, gerido por um coletivo de movimentos sociais, como: atingidos por barragens, movimento indígena, pastorais rurais católicas e o MST. Nessa fase, elaborou-se um projeto pedagógico específico para a formação de crianças dos acampamentos e dos assentamentos.

3 SOUZA, Maria Antonia de. **Educação do campo: propostas e práticas do MST**. Petrópolis, Vozes, RJ, p. 31, 2006.

A Educação do Campo, como integrante da luta dos movimentos sociais do campo, questiona a contradição que assola a sociedade brasileira: de um lado, a concentração da riqueza e da terra; de outro, a pobreza, a exploração e a fragilização da efetivação dos direitos sociais, como Educação e Saúde. O MST questiona o avanço do agronegócio e a exploração dos povos do campo, pretende que o conhecimento universal seja acessível aos povos do campo sempre em relação com a sua realidade cultural e com o mundo do trabalho, favorecendo a identidade camponesa e não a perda dela.

O principal objetivo da educação do MST era combater a velha Educação Rural que se caracteriza por práticas educativas isoladas e marcadas pela ideologia da urbanização, a Educação do Campo adensa-se em função da força da sociedade civil organizada no plano nacional e estadual. A diferença reside na concepção de educação que as norteia. Na proposta do MST, a Educação do Campo está assentada em uma perspectiva emancipatória, em uma educação projetada para o futuro. A Educação Rural está assentada numa perspectiva que concebe o campo como o lugar do atraso, e os trabalhadores, como pessoas que precisam de orientação e de escola que transmita conteúdos com caráter urbano. Muitas iniciativas governamentais em educação rural foram higienistas, tecnicistas e voltadas ao desenvolvimento da produção capitalista⁴.

A pedagogia do MST atingiu seu principal objetivo quando publicou em 1996 o documento denominado: Princípios da Educação do MST. Nesse documento há redefinição de alguns princípios filosóficos e pedagógicos da Educação Básica, pois a educação passou a ser vista como um dos processos formativos da pessoa humana na sociedade ligada a um projeto política e a uma concepção de sociedade. Os movimentos sociais dão visibilidade à sua produção de conhecimento por meio de boletins, jornais, revistas, cadernos de formação, cadernos temáticos, cadernos pedagógicos, documentários e fotografias. Com essa produção o MST conquista espaço na sociedade por meio de suas propostas pedagógicas.

O projeto da educação do MST se firma através de processos educativos não formais, por meio da dinâmica interna do movimento social, o qual promove reuniões, congressos, assembléias, curso de formação e capacitação, etc. De acordo com Gohn (1999, p. 98) a educação não formal designa um processo com quatro campos e dimensões, que corresponde as suas áreas de abrangência que correspondem aos seguintes aspectos: 1) aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; 2) a capacitação dos indivíduos para o trabalho;

4 SOUZA, Maria Antonia de. **Educação do campo: propostas e práticas do MST.** Petrópolis, Vozes, RJ, p. 31, 2006.

3) a aprendizagem e exercício de práticas que capacitem os indivíduos para a organização comunitária e 4) a aprendizagem de conteúdos da educação formal em espaços e metodologias diferenciadas. No contexto do MST, os espaços e atividades inerentes ao campo da educação não-formal são desenvolvidos de forma espontânea ou através das intencionalidades políticas e ideológicas expressas na organização e ação do movimento.

O que se quer é com a educação do MST? O objetivo é promover a formação de pessoas comprometidas com a transformação social e com a militância direta das lutas populares, capaz de pensar de agir com autonomia. O que se quer da escola ainda é que ajude a formar personalidades saudáveis, criativas e coerentes; que estimule a consciência organizativa das crianças e dos jovens... (Souza, 2006, p. 33). A educação do MST está articulada para além da preocupação formal, uma vez que essa é estratégica. Ou seja, a educação também possibilita a formação de quadros que repensem a organização do próprio movimento e a organização agrícola dos assentamentos.

O modelo de ensino do campo proposto pelo MST busca combater os discursos que especialmente transmitidos pelos livros didáticos da Educação Básica, os quais exaltavam o espaço urbano, e assim promovia a glorificação da cidade como um lugar possível de progresso e desenvolvimento. Durante muito tempo na história da educação brasileira, os povos do campo foram tratados como sujeitos à margem do processo social – cultural, econômico, educacional e político. O analfabetismo sempre foi expressivo entre os povos do campo. A média de anos de estudo da população do campo esteve sempre abaixo de cinco anos. Os problemas evidenciados pela Educação do Campo questionam o modelo de educação rural desenvolvido no Brasil, em toda a sua história educacional. A educação rural era pensada desde projetos e programas que se preocupavam em superar o “atraso”, que segundo o paradigma do capitalismo agrário assolava o Brasil.

Apesar de focalizar sua ação na educação não formal, a educação do MST tem metas definidas com proposta para a educação formal, essas são as seguintes (Gohn, 2003, p, 146): preparar a criança do assentamento para trabalho no meio rural; a educação deve promover a capacitação para a cooperação; a direção da escola deve ser coletiva e democrática; a escola deve ações voltadas para o trabalho produtivo; o coletivo da escola deve se preocupar com desenvolvimento pessoal de casa aluno; o professor tem que ser um militante; a escola deve ajudar na formação de militantes e promover a mística pela luta popular. Ou seja, por meio da escola o movimento promove a reflexão de uma nova ética que se fundamenta

numa proposta pedagógica essencialmente política. Assim, a proposta pedagógica do MST parte de leituras bastante demarcadas, as quais objetivam fins específicos. O conteúdo problematizado tem estreita relação com a organização do trabalho e com a luta de classe. São conteúdos aprofundados nos coletivos mediados por estudiosos de cada tema de interesse dos sujeitos do movimento, a exemplo da análise de conjuntura, situação econômica e política do país, alternativas de produção e de desenvolvimento sustentável.

A educação do MST é baseada em princípios educativos que promovem discussões sobre a defesa pela terra e pela agricultura familiar, a qual é ameaçada atualmente pela expansão exacerbada do agronegócio. Por meio da ação pedagógica o MST desenvolve a valorização dos processos produtivos tradicionais que caracterizam a identidade do homem camponês. O objetivo maior é trabalhar um conceito de terra que se associa à defesa da vida. Nos atuais dias, os movimentos sociais do campo capacitam para a interação com a universidade. O MST é um exemplo típico de organização que possui uma vasta produção bibliográfica de natureza pedagógica. Na sua experiência, o MST tem se dedicado à educação nos acampamentos e assentamentos e fortalecendo o debate sobre a construção de políticas públicas de educação e gera possibilidades para que a universidade abra-se ao debate da Educação do Campo. Muitas universidades têm desenvolvido debates sobre educação e movimentos sociais, contando com a presença de profissionais vinculados ao MST.

3. A educação do campo

De esquecida e marginalizada a Educação do Campo recebe uma atenção espacial por parte das produções científicas e das ações governamentais, nos últimos anos, no Brasil. Essa modalidade de educação nasceu há menos de uma década e já está plantada em todo o país. Cabe destacar que, apesar da educação do campo receber uma atenção especial no atual momento, poucos conhecem essa temática. Ainda se confunde a Educação do Campo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e com o programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

A atual concepção de Educação do Campo nasceu no Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária que aconteceu depois do massacre de Eldorados dos Carajás. Hoje em dia, a educação do campo passa por um processo de especialização e está sendo debatida por vários movimentos camponeses, universida-

de, secretarias e pelo Ministério da Educação, sobretudo a partir da Coordenação Geral de Estudos do Campo.

De acordo com Souza (2006, p.52) a Educação do Campo no Brasil é compreendida no campo das experiências que demonstram que a produção do conhecimento tem sido efetivada na prática coletiva, seja no movimento social ou na universidade; na sociedade civil organizada ou na esfera pública assentada em relações entre Estado e movimentos organizados. Maria Antonia de Souza aproxima-se do conceito de experiência de Thompson para entender como a Educação do Campo foi e está sendo desenvolvida nas instituições públicas e nos movimentos sociais. De acordo com Thompson (1981, p. 189): “As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento, de seus procedimentos, ou [...] como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou [...] na arte ou nas convicções religiosas”.

A princípio, a Educação do Campo foi pensada na experiência dos movimentos sociais, mas hoje no Brasil já é discutida por muitos projetos educacionais, os quais foram desenvolvidos nas universidades brasileiras, a começar pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

Nos anos de 1990, o movimento de Educação do Campo colocou em evidência problemas vinculados à escolarização dos povos camponeses, dentre eles: a ausência de escolas na área rural; a precariedade quanto à infra-estrutura das escolas existentes no campo; a falta de professores com qualificação para a docência; a necessidade de profissionais qualificados residentes no campo; a necessidade de projetos político-pedagógicos que reconheçam o modo de trabalho no campo e a realidade cultural camponesa; a dificuldade de acesso ao Ensino Médio e à Educação Superior, principalmente entre os beneficiários da reforma agrária. Atualmente, alguns intelectuais, muitos com raízes nos movimentos sociais, inauguram ou fortalecem novos formatos de organização do trabalho pedagógico e novas relações sociais educativas.

A Educação do Campo dos movimentos sociais nasceu dos projetos, dos pensamentos e dos desejos dos sujeitos do campo em contraposição à Educação Rural que foi feita durante quase um século. Depois da Constituição de 1988, todos reconhecem que a educação é um direito social e que esse direito socialmente adquirido. De acordo com Arroyo, os movimentos sociais do campo têm revertido às velhas imagens estereotipadas que foram construídas em torno dos sujeitos rurais brasileiros, as quais eram vistos com atrasados, selvagens e subservientes.

Os movimentos sociais do campo, especialmente o MST, têm obrigado ao Estado a enxergá-los como sujeitos dinâmicos, politizados e organizados. Na verdade, a Educação do Campo emerge da sociedade civil organizada, a Rural, ainda que marginal nas políticas educacionais provenha da iniciativa governamental, uma vez que é planejada pelos técnicos da educação⁵. De acordo com Caldart que: “A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade”. (CALDART, 2008, p. 71).

Pode-se afirmar que atual modelo de Educação do Campo vincula-se a um movimento da sociedade civil organizada que objetiva a construção de políticas Educação do campo: a produção dos interesses dos povos do campo. Desse modo, os movimentos sociais do campo têm construído novas propostas educativas. Eles com sua organização, suas lutas e sua mobilização redefinem valores, saberes, culturas e identidades de povos do campo. Esse movimento não contribuiu apenas para a educação de seus militantes, mas toda a sociedade. Frente a essa visão os movimentos sociais avançam para se ver a si mesmos e exigir serem vistos como sujeitos de direitos. Tais como: direito à educação, no seu lugar, no campo, nas formas de produção de sua existência.

Ao colocar a educação do campo no âmbito dos direitos humanos, os movimentos sociais passam exigir do Estado o seu compromisso com as políticas públicas específicas para o campo. Depois dessas lutas, a educação do campo passa ser vista como dever do Estado. Os movimentos sociais do campo têm chamado a atenção para a formação de políticas municipais, estaduais e federais. Assim, a educação do campo entra na pauta dos direitos humanos, sociais e políticos, dos direitos territoriais e culturais. A construção de experiências educativas no campo que envolve trabalhadores, universidades, movimentos sociais, sindicatos, igreja, governos estaduais e o federal.

A Educação do Campo se estabelece nos dias atuais enquanto um espaço propício para o desenvolvimento de reflexões sobre interdisciplinaridade, uma vez que o campo é caracterizado por meio de uma diversidade cultural, social e econômica. De acordo com Santos (1987), o conhecimento que desenvolvido na educação do campo de uma perspectiva de autoconhecimento. Dessa forma, o

5 ARROYO, Miguel & FERNANDES, Bernardo M. **A Educação básica e o movimento social do campo**. Vol. 2. Brasília: Fundação Universidade de Brasília 1999.

conhecimento ensinado é muito mais do que a busca ou transmissão de informações. O conhecimento escolar se aproxima do compromisso, do planejamento, da reflexão e da indagação. Assim, pode-se dizer que a educação do campo emerge do encontro entre saberes cientificamente reconhecidos e aqueles saberes do cotidiano e da cultura.

Dos temas de grande interesse dos movimentos sociais para a Educação do Campo, a formação de professores e a educação de jovens e adultos recebem um foco central nos debates. De acordo com Arroyo (1999), após participar de debates sobre educação do campo, afirma que “como educadores, temos que pensar na força que tem as matrizes culturais da terra e incorporá-las em nosso projeto pedagógico” (p. 28). Pode-se considerar que os conteúdos e os temas do currículo da educação do campo são aplicados no contexto dos movimentos sociais, através da metodologia dialógica, a qual se processa por meio de reuniões que possibilitam a argumentação das idéias. Ou seja, a prática pedagógica emerge da ação coletiva dos movimentos de trabalhadores, que se insere na dinâmica contraditória da sociedade capitalista, vindo questionar a exclusão dos trabalhadores do seu direito à educação e defendendo a escolarização como processo necessário à formação e emancipação humana. Esse movimento, que compreende a educação como direito fundamental, não se reduz ao pedagógico nem à gestão escolar e, e muito menos, à delimitação político-geográfica. Além disso, é certo que o movimento indaga a concepção de educação urbanizada que marca os materiais didáticos e a rotina no mundo escolar, o que nos leva a pensar o lugar do campo na educação escolar.

Por fim, considera-se que muitas reflexões foram desenvolvidas sobre os conceitos de campo, de educação e de políticas públicas. Contudo, a Educação do Campo expressa um posicionamento ideológico e político dos sujeitos do campo, contrário aos projetos que são pensados dentro da perspectiva do capitalismo. Os militantes do campo lutam contra o agronegócio e a lógica de expropriação dos trabalhadores de seus lugares de trabalho e de moradia.

4. Considerações finais

A educação do Campo no Brasil passa por seu processo concretização. Antes esse tema fazia parte dos debates e das propostas ideológicas para a educação dos povos do campo. Por meio dessa discussão observou-se que primeiro a educação do Campo se consolidou no contexto dos movimentos sociais para depois fazer parte das políticas sociais para os sujeitos do campo. Com isso, nota-se que a

produção do conhecimento recebe novos sentidos na prática coletiva. Ou seja, a educação pode ser desenvolvida seja no movimento social ou na universidade; na sociedade civil organizada ou na esfera pública assentada em relações entre Estado e movimentos organizados.

Observa-se que o projeto de Educação do Campo dos movimentos sociais passou a fazer parte da educação formal através de criação de órgãos específicos que atuam com esse tema. Recentemente, alguns cursos de Especialização em Educação do Campo foram organizados no ambiente universitário. Na Região Sul do Brasil, os Estados do Paraná e de Santa Catarina criaram as primeiras turmas de Especialização em Educação do Campo. Nos espaços de produção do conhecimento das universidades a educação do campo ocupa três dimensões:

- 1) Os grupos e núcleos de estudos e pesquisas;
- 2) Os cursos de graduação em Educação do Campo, que em sua maioria partilham da idéia e da prática do trabalho como princípio educativo;
- 3) Os cursos de pós-graduação – formação continuada – dos professores e educadores das escolas do campo.

A universidade insere-se, dessa forma, em relações sociais com os movimentos sociais e, nesse processo, agrega gente que se preocupa com uma sociedade mais justa e com a construção do conhecimento como libertação e superação de situações opressoras. Ao envolver-se com os movimentos sociais, possibilita a construção de novas relações educativas, uma vez que a prática coletiva é geradora de conhecimentos conjunturais, culturais, estratégicos e políticos.

Diante de toda discussão desenvolvida, uma pergunta que merece atenção: a Educação do Campo como direito social garantirá que a população permaneça no campo?

Referências

ARROYO, Miguel & FERNANDES, Bernardo M. **A Educação básica e o movimento social do campo**. Vol. 2. Brasília: Fundação Universidade de Brasília 1999.

CALDART, R. S. **Sobre a Educação do Campo**. In: SANTOS, C. A. (Org.). *Por uma Educação do Campo: Campo – Políticas Públicas – Educação*. Brasília, DF: INCRA; MDA, 2008. p. 67-86.

GOHN, Maria da Glória. A Formação do Cidadão nos Cursos do MST. In; **revista**

Sociológicas, no 2, jul/dez de 1999, PP.144-189.

GOHN, Maria da Glória. **Os Sem-terra, ONGs e cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização, Cortez, São Paulo, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Sérulo. **História dos movimentos sociais no campo**, IBASE, Rio de Janeiro, 1989.

SOUZA, Maria Antonia de. **Educação do campo: propostas e práticas do MST**. Petrópolis, Vozes, RJ, p. 31, 2006.